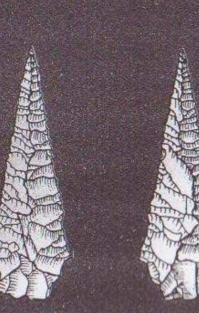
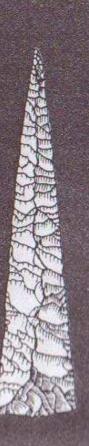
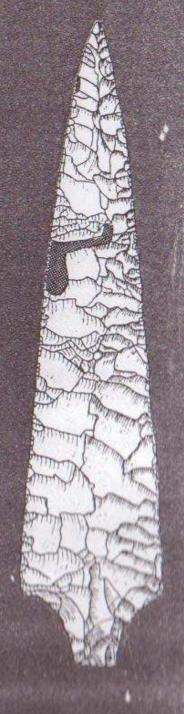
# RENISTA DE HISTORIA ECONOMICA ESOCIAL

Janeiro-Junho 1983

11







Livraria Sá da Costa Editorn

# AS FEIRAS DE ESTREMOZ

 uma primeira contribuição para o estudo dos mercados regionais no Antigo Regime

to the state of the state of

David Justino e Mafalda Soares da Cunha com a colaboração de João Gonçalves da Silva

#### PRIMEIRA PARTE

O estudo das feiras em Portugal, exceptuando o trabalho pioneiro de Virgínia Rau para a Idade Média 1, não tem merecido a atenção que pensamos lhe ser devida por parte da historiografia económica e social. É claro que a documentação sobre estas instituições económicas é escassa e a pouca que se consegue por vezes reunir não ultrapassa a informação qualitativa desgarrada ou o cômputo indiscriminado do seu número. No entanto, os problemas que se poderão levantar, decorrentes de uma necessária avaliação da sua importância e papel na estrutura económica, em geral, e no comércio interno, em particular, nem por isso deixam de assumir uma posição relevante para a compreensão da sociedade e economia portuguesas do Antigo Regime.

Num país onde a esmagadora maioria da população activa se emprega na agricultura, em que o grau de urbanização é relativamente baixo e em que a indústria existente é dominantemente oficinal e doméstica, não será a feira o local privilegiado das trocas? A compartimentação regional, característica das sociedades e economias do Antigo Regime, consolidada por uma estrutura de transportes arcaica, até que ponto permite e incentiva esse comércio intermitente mas periódico? A produção industrial de origem oficinal e doméstica, geralmente de baixa qualidade mas que responde a uma procura pouco exigente das populações rurais, em especial as de baixos e médios rendimentos, não estará dependente do pequeno trato de vendilhões, bufarinheiros e mercadores itinerantes, principais frequentadores das feiras?

 Talvez o caminho mais indicado para responder a algumas destas questões passe por estudos de carácter local em que a documentação das administrações municipais nos pode fornecer alguns dados importantes. É o caso das listas para o arruamento das lojas das feiras de São Tiago e de Santo André, da vila de Estrémoz.

Feiras Medievais Portuguesas — Subsidios para o Seu Estudo, ed. Presença, Lisboa, 1982.

## REVISTA DE HISTÓRIA ECONÓMICA E SOCIAL

O arruamento das lojas decorria de dois tipos de preocupações por parte das autoridades locais: por um lado, uma maior facilidade e eficácia na cobrança do terrado, geralmente arrendada a particulares por arrematação em hasta pública, por outro, a necessidade de garantir a segurança da feira e da própria vila pela delimitação do espaço e pela regulamentação da concorrência através do ordenamento dos feirantes em ruas, de acordo com os produtos que vendiam. Esta preocupação com a segurança da feira era patente no facto de, nos instrumentos de arrematação da cobrança do terrado das feiras, se obrigar a «não ficar tindeyro nemhum fora das portas da feira, e todos hirão para dentro» <sup>2</sup>.

Conseguimos reunir 34 cadernos de arruamentos que cobrem, com lacunas consideráveis, o período compreendido entre 1747 e 1833, distribuídos da forma apresentada no quadro I. Neste está indicado, para cada uma das feiras reali-

QUADRO I Número de lojas arruadas nas feiras de Estremoz (1747-1783)

Anos	Santo	André	São	Tiago		
Anos	Alugadas	Aforadas	Alugadas	Aforadas		
1747	22		55			
1748	128	_	50	_		
1750	-	_	131	Charles L		
1754	64	-	124	71 S -		
1777	_		119	9		
1778	_		103	11 13 13 13		
1780	-	4	91			
1781	_	_	95			
1782		_	99			
1783	98	13	_	_		
1785	83	11	<del>-</del> -	_		
1786	68	12		-		
1787	75	12	-			
1788	68	11	_	_		
1789	57	11	97	10		
1790	64	10	85	10		
1822	68			***		
1823		_	130	_		
1824	74	_	87	-		
1825	76	-	103	-		
1826	16	+1	89	_		
1827	62	_	78			
1832	63	-	64			
1833	_) - 10		92			

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Arquivo da Câmara Municipal de Estremoz, Livro de Arrematações da Câmara de Estremoz, 1746 a 1758, construmento de Arrematação da renda das feiras de 11 de Junho de 1746».

zadas em cada ano referido, o número total das lojas arruadas que pagavam terrado e das que estavam aforadas. Devido às falhas cronológicas existentes não foi possível construir duas séries contínuas comparáveis, tendo de se optar pelo agrupamento dos valores disponíveis, de modo que os conjuntos assim obtidos pudessem, sem problemas de maior, ser confrontados entre si numa perspectiva diacrónica.

Assim, para o primeiro período foram alugadas durante as sete feiras 574 lojas, valor que é largamente ultrapassado no período seguinte (1777-1785), em que se atinge o número de 711 lojas. Nos três períodos posteriores, os valores declinam progressivamente até ao mínimo de 464, em 1826-1833. Salientemos, contudo, que entre 1822 e 1825 existem dados para apenas 6 feiras, enquanto os restantes períodos incluem 7.

QUADRO II

Número de mercadores de loja presentes nas feiras de Estremoz
nos períodos abaixo considerados

Mercadores de	1747-1754 [7 feiras]	1777-1785 [7 feiras]	1786-1790 [7 feiras]	1822-1825 [6 feiras]	1826-1833 [7 feiras]
Panos de linho	84	*23	• 6	115	106
Panos da «terra»	-	_	_		2
Saragoças	60	*35	*22	34	33
Baetas	5	6	7		
Mantas e alforjes	_	_		1	_
Algibeteiros	24	37	25	3	1
Sombreireiros	22	33	34	24	27
Capelistas	30	32	29	21	14
Chocalhos e campainhas	_	-	_	2	1
Caldeireiros	_		_	12	2
Agulheiros	-	_		2	3
erragens	_		2	31	34
Estanho	-	3	4	1	1
Ourives	-	1	3	10	
Sapateiros	95	91	73	10	2
Sola, couros e borracha	-	-		6	1
Correeiros	_	1	_	4	8
Cordoeiros	5	5	1	1	
Quinquilharias e curiosidades	1	6	11	6	12
ivreiros	-	1	_		
ouça	_	_		1	1
ez	-	_	4 1 3		1
dubos		-	_	1	
omidas				2	2
ebidas	7	28	11	15	12
ndefinidos	9	18	11	_	7
Total	342	320	239	302	270

Não estão incluídos os mercadores com lojas aforadas.

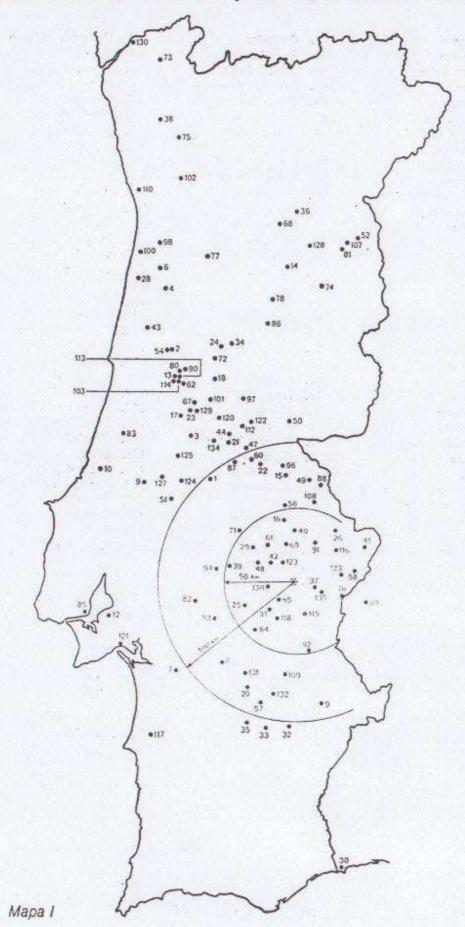
- «lojas», já que se revelou preferível o estudo conjugado da inter-relacionação das variáveis «mercadores» e «produtos», a partir do qual é possível o conhecimento da distribuição espacial das proveniências dos mercadores e do tipo de produtos e a compreensão do seu comportamento do ponto de vista diacrónico. É neste contexto que se justifica a exclusão dos dados relativos aos foreiros de lojas, pois que a não indicação, por parte da fonte, de informações análogas às dos restantes mercadores (nome, residência) impede a sua integração no estudo, dentro da perspectiva delineada.
- 2.1. Para o conhecimento do tipo de produtos comercializados elaborámos o quadro II, em que, para cada um dos cinco periodos previamente definidos, assinalámos o número de mercadores presentes agrupados pelos bens que vendem. De um ponto de vista meramente descritivo é possível constatar que:
- 2.1.1. A maioria dos mercadores concorrentes a estas feiras comercializam produtos têxteis, fundamentalmente de vestuário e adereços, donde se destacam os de panos de linho e saragoças, os algibebes, os capelistas e os sombreireiros.
- 2.1.2. O segundo grupo em ordem de importância é composto por aqueles que transaccionam artefactos de curtumes, em especial sapatos.
- 2.1.3. Para além destes dois grupos, com um papel constante no funcionamento das feiras, surge um grande número de mercadores que concorrem com produtos diferentes daqueles que normalmente as caracterizam (livros, ourivesaria, quinquilharias, etc.) e que se multiplicam nos últimos anos referenciados.
- 2.1.4. Nos dois últimos períodos aparecem os mercadores de ferragens, que chegam a atingir números bastante significativos, indiciando uma possível generalização dos instrumentos agrícolas com maior incorporação de ferro.
- 2.2. Em relação à análise espacial pretendemos conhecer o modo como se articula a distribuição das origens dos mercadores com a do tipo de produtos. Construímos para tal os mapas I e II, onde é possível constatar desde logo quatro grandes zonas de importância desigual:
- 2.2.1. A região envolvente de Estremoz, que engloba todas as localidades situadas num raio de 100 km, é a que maior peso e importância possui nas feiras. Pelo quadro III verificamos que a maioria dos pontos de origem

QUADRO III

Principais localidades de residência dos mercadores presentes nas feiras de Estremoz

	1747-1754	1777-1785	178€-1790	1822-1825	1826-1833
Total de mercadores presentes	342	320	239	302	270
Mercadores presentes oriundos das 24 principais localidades		265 (83 %)	181 (76 %)	248 (82 %)	204 (76 %)
Mercadores presentes oriundos das 13 principais localidades da região envolvente	234 (68 %)	249 (78 %)	169 (71 %)	148 (49 %)	112 (42 %)

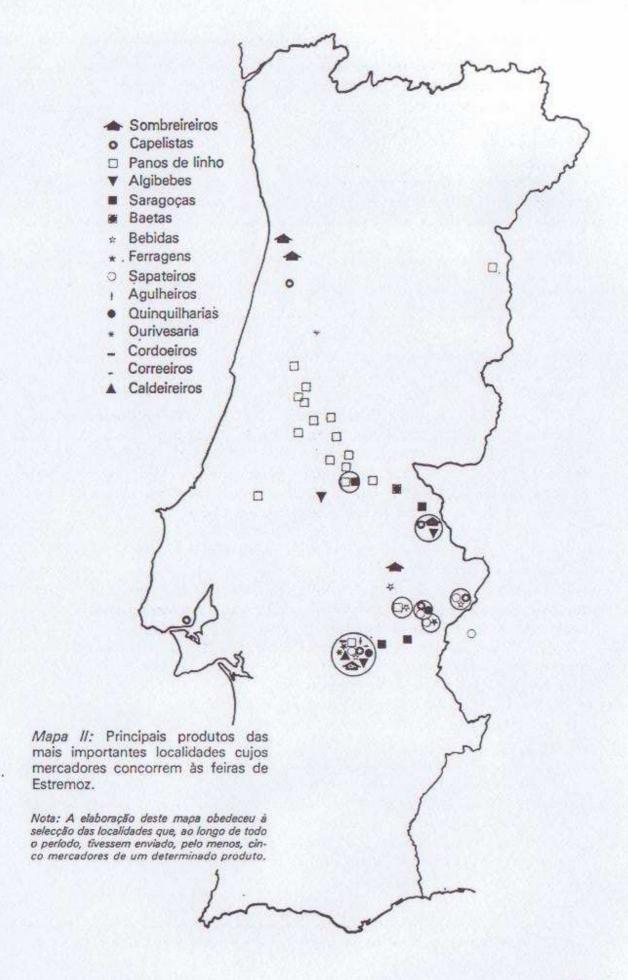
## Residência dos mercadores com loja nas feiras de Estremoz - 1747-1833



## Legendas do mapa I

		12		02	Montemor-o-Novo
1.	Abrantes	47.		93.	
2.	Afonseca	48.		94.	Mora
3.	Águas Belas	49.		, 95.	Moura
4.	Águeda	50.	The state of the s	96.	Nisa .
5.	Aguda*	51.		97.	Oleiros
6.	Albergaria-a-Velha	52.		98.	Oliveira de Azeméis
7.	Alcácer do Sal	53.	Citrala (serra)	99.	Olivença
8.	Alcáçovas	54.	Coimbra	100.	Pardilhó
9.	Alcanena	55.	Cortiçada*	101.	Pedrógão Grande
10.	Alcobaça	56.	Crato	102.	Penafiel
11.	Aldeia da Serra*	57.		103.	Penela
12.	Aldeia Galega	58.	TO VETT AND A STATE OF THE STAT	104.	Peravela*
13.	Alfafar	59.	Encarnação*	105.	Perxo*
14.	Algodres	60.		106.	Pinheiro*
15.	Alpalhão	61.		107.	Pinhel
16.	Alter do Chão	62.	Espinhal	108.	Portalegre
17.	Alvaiázere	63.	Estremoz	109.	Portel
18.	Alvares	64.	Evora	110.	Porto
19.	Alverca*	65.		111.	
20.	Alvito	66.		112.	
21.	Amendoa	67.		113.	Podentes
22.	Amieira	68.		114.	Rabaçal
23.	Arega	69.		115.	Redondo
24.	Arganil	70.		116.	Santa Eulália
25.	Arraiolos	71.		117.	Santiago do Cacém
26.	Arronches	72.		118.	São Miguel de Machede
27.	Atalaia*	73.	Granja (Couto)	119.	Sardão*
28.	Aveiro	74.	Guarda	120.	Sertă
29.	Avis	75.	Guimarães	121.	Setúbal
30.	Ayamonte	76.	Juromenha	122.	Sobreira Formos
31.	Azaruja	77.		123.	Sousel
32.	Baleizão	78.	Lagarinhos	124.	Tancos
33.	Beja	79.	Lagosteira	125.	Tomar
34.	Benfeita	80.	Lamas	126.	Torre do Curvo*
35.	Beringel	81.	Lameira	127.	Torres Novas
36.	Beselga	82.	Lavre	128.	Trancoso
37.	Borba	83.	Leiria	129.	Vale do Rio
38.	Braga	84.	Lotaria	130.	Valença do Minho
39.	Cabeção	85.	Lisboa		
40.	Cabeço de Vide	86.	Louriga	131.	Viana
41.	Campo Maior	87.	Mação	132.	Vidigueira
42.	Cano	88.	Marvão ,	133.	Vila Boim
43.	Cantanhede	89.	Massares	134.	Vila de Rei
44.	Cardigos	90.	Miranda do Crovo		
45.	Caria*	91.		135.	Vila Viçosa
46.	Carvalhal*	92.	Monsaraz e Reguengos de	.136.	Vimieiro

Localidade não localizada e que não consta do mapa I.



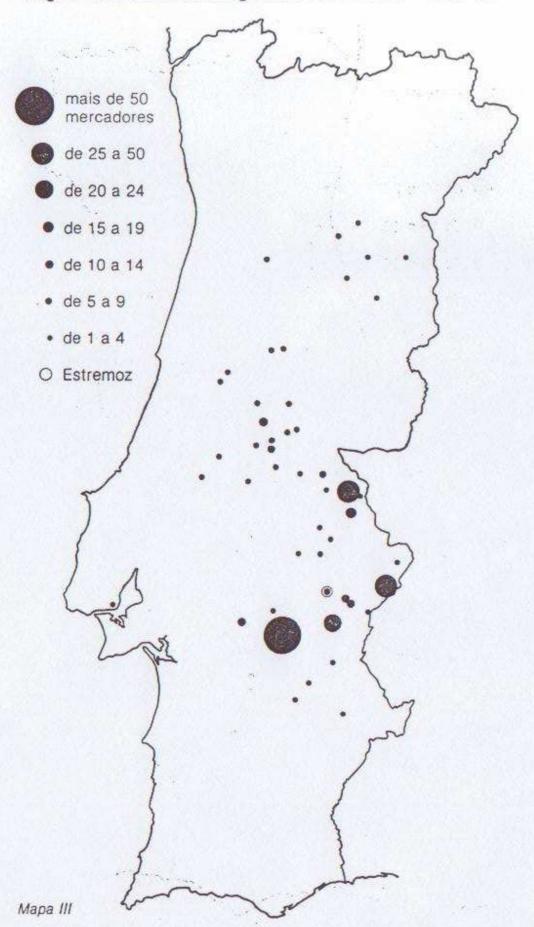
arrasta para Estremoz um número pequeno e irregular de feirantes; que a escolha das terras de contribuição mais relevante e regular (que ao longo de todo o período considerado tivessem enviado pelo menos 5 mercadores) reduz as 136 localidades recenseadas para 24, que asseguram sempre <sup>3</sup>/<sub>4</sub> das presenças; que, estreitando ainda mais os limites de importância, deparamos com um núcleo de 13 localidades que são, afinal, o sustento base das feiras de São Tiago e Santo André, e que se incluem dentro desta mancha envolvente de Estremoz.

A respeito dos produtos concorrentes, constatamos que é igualmente daqui que surgem com maior abundância e variedade. Évora prepondera simultaneamente no volume de bens que oferece e na sua diversidade, que vai do vestuário às quinquilharias, passando pelos vendedores de comidas e bebidas, pelos capelistas, até aos sapateiros, que chegam a atingir números extremamente elevados. Em termos decrescentes de importância apontemos ainda vilas como Borba, Vila Viçosa, Elvas e Portalegre, que concorrem igualmente com uma heterogeneidade de artefactos, se bem que se lhes possa atribuir já uma certa especialização: para Borba, capelistas e sapateiros; para Vila Viçosa, ferreiros e sapateiros, que compartilha com Elvas, enquanto para Portalegre temos sombreireiros, algibebes e capelistas; Nisa detém o exclusivo das baetas e Redondo, Castelo de Vide e São Miguel de Machede partilham o fornecimento das saragoças.

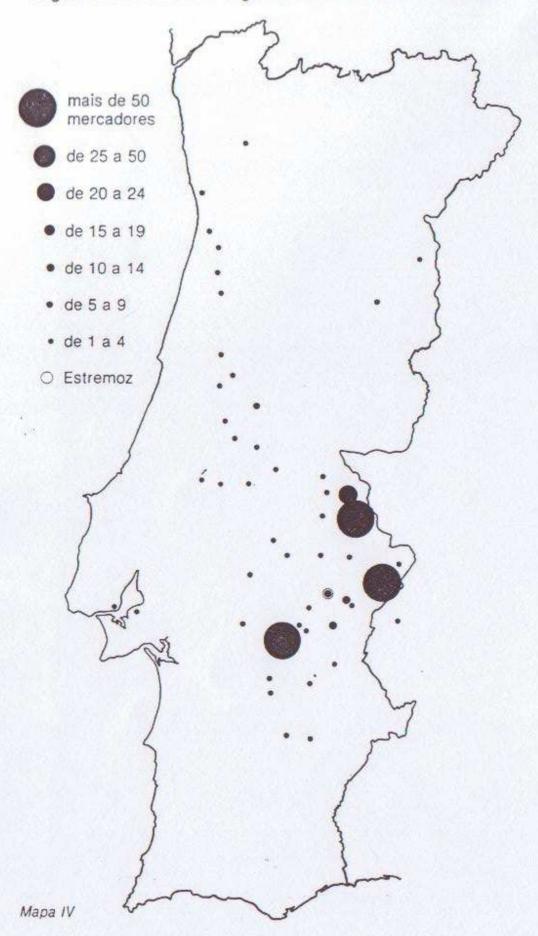
- 2.2.2. A região a norte do Tejo, entre a cordilheira central e o maciço calcário estremenho, ou seja, grosso modo, a zona norte do actual distrito de Santarém, o interior do distrito de Leiria e a parte sul e sudeste do de Coimbra. É desta região, segunda em importância, que têm origem a maior parte dos mercadores de panos de linho que Fradesso da Silveira, em 1862, referencia como «vendilhões de pano de linha da Beira» <sup>3</sup>. Trata-se de vendedores ambulantes que percorrem todo o Alentejo sugerindo assim a ideia de circuito, regularmente estabelecido.
- 2.2.3. A região a norte da serra da Estrela, identificável com o actual distrito da Guarda, possui uma importância diminuta no conjunto destas feiras, apenas sobressaindo a povoação de Cinco Vilas, no concelho de Figueira de Castelo Rodrigo. Esta, tal como as restantes povoações da região, é essencialmente fornecedora de panos de linho.
- 2.2.4. A faixa litoral desde o rio Minho ao Mondego, de que há apenas a destacar os sombreireiros da Feira e de Oliveira de Azeméis e os capelistas da região do Vouga, em particular de Albergaria-a-Velha.
- 3. Esta primeira abordagem dos dados como que colocou entre parêntesis o factor tempo. A análise espacial pretendeu abarcar, para todo o período, as contribuições de cada região e principais localidades, visando estabelecer a configuração geográfica das áreas de influência predominantes nas feiras de Estremoz, ao mesmo tempo que definia a sua hierarquização. Importa agora detectar os movimentos de aproximação ou afastamento enquadrados pelas diversas situações conjunturais, o mesmo é dizer, compreender como cada região vê a sua importância aumentar ou diminuir no conjunto das diferentes regiões comprometidas, de acordo com uma perspectiva diacrónica.

<sup>3</sup> Joaquim Henriques Fradesso da Silveira, Inquérito de 1862-1863 — Indagações Relativas aos Tecidos de Lã, Conselho Geral das Alfândegas, Imprensa Nacional, Lisboa, 1864, p. 57.

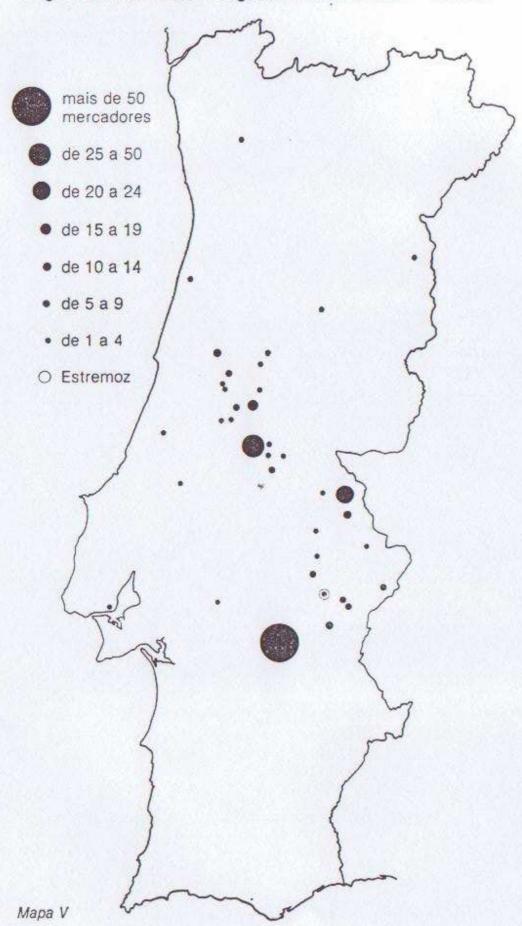
# Origem dos mercadores segundo o seu número — 1747-54



Origem dos mercadores segundo o seu número — 1777-85



# Origem dos mercadores segundo o seu número — 1822-25



Ano	Anos			1411	1748	1750	475	1754	1777	1778	1780		1781	1782	1783	1705	1786	1787	1788	478	1703	1790	1822	1823	1824	1825	1826		182/	1832	4000
ŭ	Š				Ċ	ŏ	A .	4	77	8	5		31	22	33	Ön	Ö	37	80	0	9	90	22	23	24	25	26	1	17	32	3
200	Santo	Alg.		1	20	1	1	1	1	1	1		1	1	w	13	N	1	1			-4	27	1	21	24	00	2	24	21	0
Andrá	Santo André	Afr.			1	1	ı	I	1	1	1		1	1	=	9	10	10	9	0	) (	600	ı	1	1	1	1		1	1	
Andrá São	São	Alg.	3		31	25	. 21	27	7	10	4	n	a	01	1	1	ı	1	1	1	, ,	w	1	44	33	43	31	3	34	25	
Tiago	São Tiago	Afr.			1	1	1	1	9	9	=		11	11	1	1	1	1	ı	00		00	1	1	00	1	1		1	1	
SZ	Sa	Alg.	3		17	1	16	10	1	1	1		-	1	11	00	4	cn	Oi	6	5 (	O1	12	1	17	10	O		-	. 10	30
nto Andi	Santo André	. Atr.			1	1											30														
0									1	1	1		1	1	2	N	2	2	2	2	3 1	2	1	1	1	1	1			1	
São Tia	São Tiago	Alg.	0		19	16	17		Ö	14	00	10		=	1	L		1	1	9	h	đ	1	13	00	7	7	٥	0	10	1
		Afr.			1	1	1	1	1	2	2	2	, ,	N	1	1	1	1	1	2	3		1	1	1	1	1	1	I	1	1
Santo São	André	Alg.			-	1	-	16	1	1	1	1		1	10	ω	7	4	6	6	20	0	7	1	9	7	1	0		6	00
São	Tiagoto	Alg.	ı.		ı	10	13		-1	10	14	13		18	1	1	1	1	1	16	30	20	1	14	11	15	13	13			_
	o André	Alg.		1	19	1	0	o	F.	1		1	1	20	1	Ď	2 0	: :	n 1		14	13	1	1	1	1		-1	1	-	
120														164																	
	São Tiago	Alg.		1	1	7	•	9	19	17	,	ō	14	100	ı				1	1	17	13	t	-	ı	2		1	1	-	
	Santo André	Alg.		1	1	1	7	C)	1	1		-	ı	1	4	o	n (	6	n c	, ,	w	7	12		v	4		I	1	ω	
as	São Tiago	Alg.		1	1	17	5	10	9	7	1		ı	=	ı				-	1	9	9	1	מ	0	1		4	-	ı	
		Alg.			61	1	,	N		1			1	-	35	3	20	3 6	3 0		15	12			4			1	1	1	45
Sapateiros	André	9			01			7						1																	
iros	Santo André São Tiago	Alg.		1	1	39	i	45	36	28	2	0	29	13						3 1	29	20	t	4	٥	4	,	2	-	1	
-5																														-	
	Santo André	Alg.		1	1	1		1	l.	1		-	1	1	1		1		1	1	1	2	2		2			-	7		
Ferragens			-																							1100		5094	2012		

## REVISTA DE HISTÓRIA ECONÓMICA E SOCIAL

Assim, interessa-nos a análise segundo dois vectores que se integram:

- o das proveniências dos mercadores para cujo estudo seleccionámos os três períodos que nos pareceram mais relevantes de acordo com a conjuntura económica — 1747-1754, 1777-1785 e 1822-1825, cartografadas nos mapas III, IV e V;
- o dos produtos principais, que complementará o primeiro vector, cujos dados estão representados no quadro IV.

Uma primeira leitura faz ressaltar simultaneamente o predomínio constante da região envolvente e do seu centro urbano principal, Évora, e a instabilidade de todos os produtos concorrentes.

A região envolvente aumenta inicialmente a sua importância de 68 % para 78 % entre 1747-1754 e 1777-1785, descendo de forma significativa no terceiro período considerado para 49 % (vide quadro III). Em contrapartida, as duas regiões da Beira assistem a movimentos de sinal contrário: na passagem do primeiro para o segundo período sofrem um decréscimo de valor, subindo em 1822-1825 para números nunca atingidos anteriormente. Essas duas grandes regiões, a alentejana e a beirã, têm, portanto, movimentos inversos; o declínio de uma implica a ascensão da outra, conduzindo ao nivelamento dos graus de influência sobre as feiras de São Tiago e Santo André.

A explicação deste fenómeno residirá na especialização que cada uma destas regiões parece progressivamente delinear em relação aos principais produtos comercializados. A região envolvente oferece uma gama variada de bens, de que Évora é o exemplo mais significativo, sendo talvez essa a razão por que ambas aumentam de volume de feirantes enviados do primeiro para o segundo período, já que se assistiu então a um incremento da concorrência de sombreireiros, algibebes e capelistas. E essa época, em que se verifica um declínio da concorrência dos mercadores de artefactos têxteis, assiste, obviamente, à diminuição de importância das suas zonas de origem preferenciais: a zona da Beira para os panos de linho e a do Redondo e de Castelo de Vide para as saragocas.

O confronto das duas fases seguintes leva à constatação do fenómeno inverso. A baixa, se bem que pouco importante, do número de sombreireiros e capelistas, a par com a descida estrondosa dos sapateiros e algibebes, vai reduzir substancialmente o peso da região alentejana, enquanto o aumento dos panos de linho e até das saragoças justifica a recuperação da região beirã.

Resta explicar a discrepância de comportamentos entre Évora e a restante mancha envolvente verificada durante a década de 20 do século XIX. Évora mantém a importância que detinha. A razão situar-se-á no facto de ser o maior centro populacional dessa região, dotado de uma produção oficinal e de um comércio sem possibilidades de equiparação aos de qualquer outro aglomerado populacional e, como tal, apesar de não possuir dimensão demográfica real que a permita classificar como centro urbano, acaba por emergir do quadro da ruralidade dominante e assume, em relação a ele, funções tipicamente urbanas.

### SEGUNDA PARTE

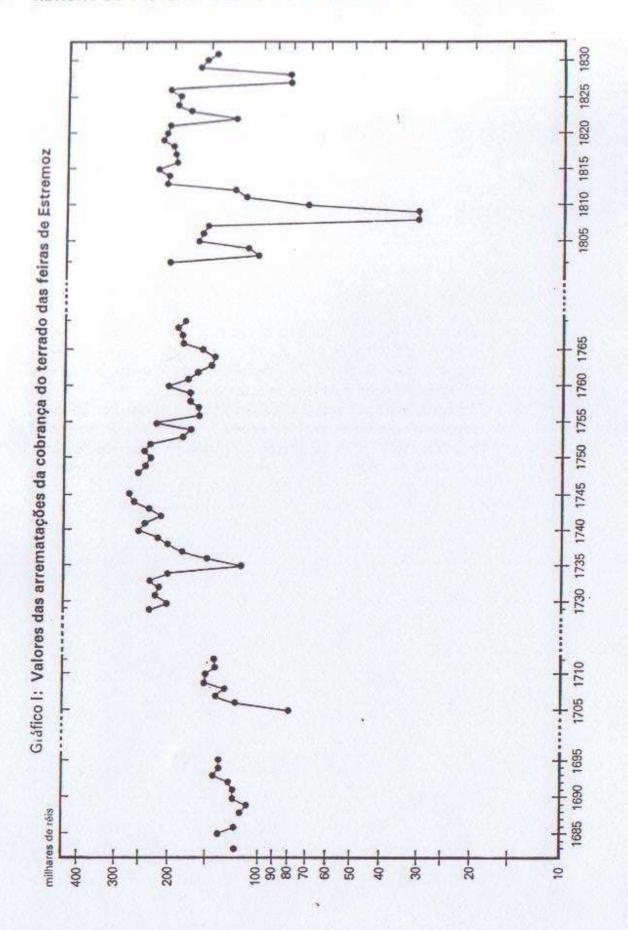
O. Não obstante a existência de dados seriados indicativos da afluência de mercadores e lojas que apresentámos na primeira parte, a falta de continuidade, decorrente das lacunas consideráveis em determinados períodos, e a falta de homogeneidade, patente na diferença entre as duas feiras, inviabilizam um estudo sólido sobre a evolução global das mesmas. Tivemos, assim, de recorrer a um outro tipo de fonte que nos indiciasse o comportamento e grau de importância das feiras ao longo do século XVIII e primeiro terço do século XIX.

Esse objectivo foi parcialmente atingido com a construção de uma série dos valores por que foi arrematada a cobrança do «terrado» das feiras. Qual o significado desses valores? A cobrança do imposto de terrado que constituía uma das receitas da câmara era geralmente arrendada, por meio de arrematação em hasta pública, antes da realização da primeira feira de cada ano, a um particular que oferecesse maior lanço, o qual se encarregaria, durante as duas feiras desse ano, de cobrar aos lojistas o referido imposto. Geralmente esse valor traduzia a previsão de uma maior ou menor afluência de mercadores de lojas, em grande parte ponderado pelo único indicador seguro que seria o ganho ou a perca que este mesmo negócio haveria proporcionado no ano pretérito.

Será para muitos casos extremamente discutível a utilização deste tipo de fonte, em especial se desejarmos realizar uma análise de curto prazo; no entanto, ela poderá traduzir, em termos de médio e longo prazos, um indicador razoável da concorrência de mercadores de loja, o mesmo é dizer, da afluência de produtos industriais às feiras de Estremoz. Poderemos, por outro lado, cotejar as grandes linhas evolutivas com outros indicadores, como sejam a marcha dos preços 4 e a cronologia dos surtos industrializadores que a historiografia económica, em geral, e a obra de Jorge Borges de Macedo, em particular, nos legaram 5.

- Dos seis livros de arrematações existentes no arquivo da Câmara Municipal de Estremoz extralmos os dados que estão representados no gráfico 1 e no quadro V, constituindo uma série relativamente longa — ainda que para determinados períodos nos apresente lacunas derivadas do extravio dos códices —, a qual passaremos de imediato a analisar.
- 1.1. Os dois primeiros períodos cobrem os anos que vão de 1683 a 1695 e de 1705 a 1712. À excepção do ano de 1705, todos os valores se situam entre os 110 000 e os 150 000 réis e a média conjunta cifra-se em 127 895 réis. Em termos de evolução de preços dos produtos agricolas, estes dois períodos enquadram-se em conjunturas diferentes: o primeiro configura uma cava cíclica que inflecte para a alta na passagem da década de 80 para a seguinte, o segundo

Sobre a evolução dos preços em Portugal durante o período em estudo socorremo-nos fundamentalmente de: V. M. Godinho, Prix et Monnaies au Portugal, 1750-1850; Armand Colin, Paris, 1955; V. Coelho, «Preços do Azeite em Lisboa: 1626-1733 — Tentativa de compreensão analítico-sintética», in Revista de História Económica e Social, n.º 4, Ed. Sá da Costa, Lisboa, 1979, D. Justino, «Crises e 'decadência' da economia cerealifera alentejana no século XVIII — Contribuição para o seu estudo a partir da análise das séries dos preços regionais do trigo e da cevada (1684-1820)», in Revista de História Económica e Social, n.º 7, Lisboa, 1981.



QUADRO V

Valores das arrematações da cobrança do terrado das feiras de Estremoz

Ano	Réis	Ano	Réis	Ano	Réis
1683	120 000	1738	201 000	1802	200 100
		1739	216 000	1803	102 000
1685	136 000	1740	251 100	1804	110 000
1686	120 000	1741	236 000	1805	160 000
1688	115 000	1742	213 000	1806	155 000
1689		1743	230 000	1807	150 000
1690	110 000	1744	259 900	1808	30 000
1691	121 000	1745	268 000	1809	30 000
1692	122 000			1810	69 400
1693	125 000 141 000	1748	252 000	1811	111 000
1694	135 000	1749	238 000	1812	120 000
1695	135 000	1750	230 000	1813	205 000
1033	135 000	1751	240 000	1814	201 500
1705	80 000	1752	231 000	1815	218 000
1706	120 000	1753	180 000	1816	190 000
1707	140 000	1754	170 000	1817	191 000
1708	130 000	1755	221 300	1818	194 000
1709	150 000	1756	160 000	1819	210 000
1710	150 000	1757	160 000	1820	205 100
1711	140 000	1758	170 000	1821	200 000
1712	140 000	1759	170 000	1822	120 000
		1760	201 600	1823	170 000
1729	230 500	1761	172 000	1824	190 000
1730	200 000	1762	162 000	1825	184 000
1731	220 000	1763	145 500	1826	200 000
1732	215 500	1764	141 500	1827	80 000
1733	230 000	1765	155 000	1828	80 000
1734	200 000	1766	180 600	1829	160 500
1735	115 000	1767	180 000	1830	151 000
1736	150 000	1768	184 000	1831	140 000
1737	180 000	1769	176 000		_

Fonte: Arquivo Municipal de Estremoz, Livros de Arrematações (1683-1695, 1705-1730, 1732-1745, 1746-1758, 1801-1811, 1811-1821 e 1821-1831).

insere-se no prolongamento dessa alta, que se mantém até 1712-1715. Os valores das arrematações não têm, na sua evolução, um comportamento proporcionado ao dos preços. Estes não são acompanhados, no movimento ascendente que delineiam, pelos valores das arrematações que, em relação ao período de finais de seiscentos, apenas esboçam um ligeiríssimo aumento.

1.2. Depois de uma lacuna de dezassete anos a série dos valores das arrematações reinicia-se em 1729 a um nível significativamente superior ao anterior, que se mantém, salvo a quebra verificada entre 1735 e 1737, até 1752. A média durante este período foi de 218 477 réis e as variações processaram-se entre um máximo de 268 000 réis verificado em 1745 e um mínimo de 115 000 em 1735, ano de crise generalizada da economia do Portugal meridional.

A este período de aparente prosperidade da feira de Estremoz corresponde uma estagnação persistente dos preços a um nível extremamente baixo, ou seja, o comportamento dos valores das arrematações é, a médio e longo prazo, inverso do dos preços agrícolas.

- 1.3. A partir de 1753 indicia-se uma quebra significativa da actividade feirante que se consolida a partir de 1756, mantendo-se até 1769, altura em que se interrompe novamente a série. A média dos valores das arrematações desce para 172 377 réis e a sua tendência é descendente até atingir o mínimo em 1764; a recuperação, embora verificada no quinquénio seguinte, não voltará a atingir os altos valores verificados na primeira metade do século. Ora, é a partir de 1756 que a evolução dos preços configura uma inversão da tendência baixista para a alta secular que caracteriza a segunda metade do século XVIII e principios do século XIX. Essa inversão é provocada, de acordo com o estudo de David Justino 6, por um conjunto de crises cerealíferas cujos efeitos são agravados pela sua persistência e posteriormente pelo conflito luso-espanhol de 1762, os quais vão provocar uma crise prolongada da economia alentejana. Em relação ao período anterior, processa-se neste uma inversão no comportamento das variáveis; no entanto, a evolução dos valores das arrematações e a dos preços agrícolas continua a processar-se por caminhos opostos: agora os preços estão em fase ascendente e os valores das arrematações descendente.
- 1.4. Só para o primeiro terço do século XIX voltamos a poder dispor de informação das arrematações, cujos valores constituem serie contínua desde 1802 até 1831. A primeira década do século constitui um período específico caracterizado por grandes variações de ano para ano, com certeza condicionado pela perturbação provocada pelas crises de subsistência nos primeiros anos e, posteriormente, pelas invasões francesas. Se aquelas se traduzem na baixa dos valores verificada em 1803 e 1804, estas últimas são responsáveis pelas quebras excepcionais de 1808 a 1810. Os preços agrícolas neste período atingem os seus mais altos valores, culminando a alta tendencial que se vinha verificando desde 1756.
- 1.5. A partir de 1813-1814 esboçam-se os primeiros sinais de recuperação, que se mantêm até, pelo menos, 1826. Nestes treze anos o nível atingido pelos valores das arrematações é idêntico, senão ligeiramente superior, ao verificado entre 1753-1769, o que sugere um retomar da actividade da feira de Estremoz que, não sendo espectacular, é, com certeza, assinalável pelo tão curto período em que se processa. Os sinais de quebra deste movimento de recuperação verificam-se a partir de 1827: as dificuldades económicas do País, agravadas pelas lutas liberais, terão com certeza um papel relevante no inflectir da tendência.
- Tentando fazer um balanço da análise realizada no ponto anterior desejaríamos salientar alguns aspectos que mais não pretendem ser que pistas interpretativas a serem ponderadas por investigações futuras que desejamos efectuar.

Em primeiro lugar, a relação existente entre a evolução dos valores das arrematações da cobrança do terrado e a dos preços agrícolas no Alentejo. Trata-se de uma relação inversa das duas variáveis económicas verificável não

<sup>6</sup> Ob. cit., p. 52.

tanto na curta duração e mais na média e longa. Ora, se considerarmos o valor das arrematações como um razoável indicador da concorrência de mercadores de loja que transaccionam fundamentalmente produtos manufacturados, concluiremos que esta é maior nos períodos de baixa de preços, tal como se verificou em 1729-1752 e 1813-1826, e menor nos de alta, como se verificou para 1705-1712, 1753(6)-1769 e 1802-1812.

Em segundo lugar e decorrente do que acabámos de salientar, os períodos onde os valores das arrematações são mais elevados, ou seja, 1729-1752 e 1813-1826, coincidem, em parte, com surtos industrializadores: o primeiro, que Borges de Macedo situa entre 1720 e 1740 <sup>7</sup>, de carácter manufactureiro, o segundo, com o que Vitorino Magalhães Godinho designou de arranque industrial que precedeu a Revolução de 1820 e que Borges de Macedo apenas designou de «modesto recomeço das actividades» <sup>8</sup>. Pouco poderemos dizer do período industrializador dos anos 70 do século XVIII por falta de dados referentes a arrematações para essa época; no entanto, o número de lojas recenseadas, a que fizemos referência na primeira parte deste trabalho, é considerável e de algum modo confirma as correlações detectadas entre desenvolvimento comercial das feiras, baixa de preços e surtos industrializadores.

## TERCEIRA PARTE

- O. Cabe agora traçar um conjunto de linhas orientadoras no quadro da análise realizada que mais não é que o recolocar dos problemas, sugerir hipóteses, apontar pistas para futuras investigações sobre o comércio interno durante o Antigo Regime, a sua articulação com os movimentos industrializadores, com o crescimento do produto agrícola e, acima de tudo, o modo como a circulação de bens se dimensiona em termos espaciais.
- 1. As feiras de São Tiago e de Santo André têm decerto uma importância relativa e possivelmente não comparável às que ocorrem em toda a província alentejana, tradicionalmente conhecidas pela sua «grandeza», como é o caso das de São João, em Évora, de Vila Viçosa ou de Flor da Rosa. No entanto, a sua dimensão não nos interessa sobremaneira, sendo mais significativo fazer ressaltar o seu papel dentro do quadro predominantemente rural em que se insere.

Apesar de não possuirmos indicações claras sobre o montante de transacções realizadas, o número considerável de lojas arruadas permite admitir que sejam volumosas, o que significa um grau de mercantilização da economia que sugere uma monetarização correspondente, o que de algum modo contraria as teses da restrita circulação de moeda e do peso marcante do autoconsumo.

Corroborando esta ideia, temos o espaço de influência que estas feiras, embora de uma forma irregular, conseguem comprometer, atraindo a si mercadores de quase todas as regiões do País. É evidênte, porém, que o grosso dos feirantes

<sup>7</sup> Ob. cit., p. 72.

<sup>8</sup> Ob. cit., p. 245.

surge sempre das zonas circunvizinhas, salientando assim o carácter regional do mercado para o qual também contribui o arcaísmo dos meios e vias de comunicação. No entanto, não será de desprezar as linhas de circulação que se criam sobretudo a partir da região beirã, centrada na comercialização dos panos de linho, e que nos anos relativos ao século XIX recrudescem de importância, chegando quase a equiparar os da região envolvente.

Neste sentido, poderemos dizer que deveremos considerar dois níveis de influência das diversas regiões pela feira: um de dimensão regional, com uma área circular que poderá atingir um raio de aproximadamente 100 km; outro, que se intromete no primeiro ao mesmo tempo que se individualiza pelo circuito gizado, de mercadores itinerantes que durante uma determinada época do ano frequentam as diversas feiras do Alentejo, este já de maior extensão, designemo-la, por comodidade, de supra-regional.

Um outro aspecto que será de salientar é o que se prende com a fraca participação do litoral, quer o que se situa a ocidente quer a sul. Este facto sugere um interior que se auto-abastece, que possui uma lógica de mercado própria como que alheia a uma outra, do litoral e do grande centro económico que é Lisboa, virada para o Atlântico, dimensionada pelas coordenadas do comércio externo. Para mais, o tipo de procura privilegia a produção de carácter oficinal e doméstica, um mercado dominado pelas feiras, um grupo considerável de mercadores de pequeno trato, um montante de transacções que se concentra em poucos meses do ano. São os sinais de uma ruralidade dominante que os engendra, que os limita, que os reproduz incessantemente.

- 2. Numa outra perspectiva, há um conjunto de problemas que se colocam na interpretação do comportamento das duas variáveis económicas que realizámos na segunda parte deste trabalho e que nós desejaríamos que fossem vistos como tal e não como conclusões ou modelos explicativos:
- 2.1. As baixas de preços dos produtos agrícolas, no caso de regiões menos comprometidas com os tratos comerciais costeiros, reflectem, quando entendidas no médio e longo prazo, períodos de expansão da produção agrícola, mais que eventuais crises-depressões do sector comercial. Essa expansão da produção agrícola, traduzindo-se num aumento do poder de compra das populações rurais, permitem uma maior procura de bens industriais que têm nas feiras o local privilegiado das suas transacções e, assim, um incentivo ao aumento da produção industrial, ainda que resultante de uma intensificação da produção doméstica e oficinal.
- 2.2. Os períodos de alta dos preços, resultantes em muitos casos de quebras na produção agrícola, provocam uma diminuição na procura de bens provenientes do sector industrial e assim um atenuar do seu crescimento, senão mesmo movimentos de desindustrialização.
- 2.3. Assim sendo, os movimentos de industrialização-desindustrialização em regiões do interior poderão ser condicionados mais pela conjuntura agrícola que pelo comportamento das variáveis do comércio externo, na medida em que elas possuem uma lógica própria de desenvolvimento, em parte assente no aproveitamento dos seus próprios recursos e numa organização industrial forjada pela estrutura do comércio interno.
- As investigações que desejamos prosseguir sobre a economia alentejana do século XVIII e princípios do século XIX permitirão no futuro enriquecer estes pro-

blemas saídos de uma primeira análise de algumas fontes locais, que por si só se tornam insuficientes, na medida em que se apresentam muito lacunares e também pelo facto de apenas permitirem visões sectoriais e muito localizadas. Fica, contudo, uma primeira reflexão e o delinear de algumas pistas que se nos afiguraram interessantes.

Pavid Justino
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
da Universidade Nova de Lisboa

Mafalda Soares da Cunha

## Neste número:

João Carlos de Senna-Martinez
IDEOLOGIA E PRÁTICAS FUNERÁRIAS NO MEGALITISMO
DAS BEIRAS:

A SEPULTURA PERIFÉRICA DO QUADRANTE NW DA MAMOA DO DÓLMEN Nº 1 DOS MOINHOS DE VENTO, ARGANIL

Maria José Pimenta Ferro Tavares PARA O ESTUDO DO POBRE EM PORTUGAL NA IDADE MÉDIA

António Carreira

A COMPANHIA DE PERNAMBUCO E PARAÍBA.

Nuno Valerio.

O PRODUTO NACIONAL DE PORTUGAL ENTRE

1913 E 1947 — UMA PRIMEIRA APROXIMAÇÃO.

David Justino e Matalda Soares da Cunha AS FEIRAS DE ESTREMOZ — UMA PRIMEIRA CONTRIBUIÇÃO PARA O ESTUDO DOS MERCADOS REGIONAIS NO ANTIGO REGIME

RECENSÕES CRÍTICAS É NOTICIA